

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.627.970 - RJ (2019/0354400-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A.
ADVOGADOS : MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI - SP087292
ANDRÉA MARIA RODRIGUES - RJ102236
AGRAVADO : CARINE DRUMOND DA SILVA
AGRAVADO : MARCIO PEIXOTO VELASCO
AGRAVADO : GIGLIO REVENDEDORA AUTORIZADA DE GAS LTDA
ADVOGADO : JOCELINO LOPES PEREIRA - RJ092334

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Ação de rescisão de contrato cumulada com reintegração de posse com pedido liminar. Rito sumário. Artigo 277, do CPC/1973. Sentença de procedência do pedido inicial. Inconformismo da sociedade Ré. Entendimento desta Relatora quanto à existência de nulidade na sentença vergastada. Os presentes autos se desenvolveram sob o rito sumário, ainda sob os ditames do Código de Processo Civil de 1973. A parte Ré foi intimada para comparecer à audiência de conciliação prevista no Artigo 277, do CPC/1973, com a ressalva expressa de que, não sendo obtida a conciliação, a deveria apresentar sua defesa, oral ou escrita, acompanhada do rol de testemunhas, se fosse o caso. Ocorre que durante a realização da audiência em questão, foi apresentada pela Ré determinada proposta de acordo à Autora que, por seu turno, requereu o sobrestamento do processo por 15 (quinze) dias para a análise da citada proposta. Ou seja, na própria audiência de conciliação as partes revelaram intuito de transigir, requerendo a suspensão do processo para as respectivas tratativas, o que foi deferido à fl. 78. Como a proposta de acordo restou infrutífera, os autos retornaram ao seu curso processual, culminando na prolação da sentença de procedência da pretensão autoral. Todavia, o feito deveria ter sua marcha retomada de onde parou, ou seja, da audiência de conciliação, o que não ocorreu, impossibilitando, dessa forma, a apresentação de defesa pela Ré. Sentença que se cassa para que o feito prossiga em seus regulares termos com a designação de data para a realização de nova audiência de conciliação. PROVIMENTO DO APELO PRINCIPAL, PREJUDICADA A ANÁLISE DO RECURSO

ADESIVO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 190 - 191, e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alega a agravante, em suma, divergência jurisprudencial e violação aos artigos 277 e 278, do Código de Processo Civil de 1973; e 334, 335 e 487, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que não ocorreu cerceamento de defesa na hipótese dos autos (vício reconhecido pela Corte local), ponderando pelo restabelecimento da sentença.

Alega não ser admissível o entendimento de que "a suspensão do processo para apreciação da proposta de acordo formulada pela Recorrida teria o condão de dilatar o lapso temporal originalmente previsto para apresentação de resposta pela Recorrida, já que cuida-se de prazo peremptório, insuscetível de alteração por qualquer das partes litigantes ou mesmo pelo magistrado" (e-STJ, fl. 206), de forma que a contestação apresentada pela parte recorrida seria intempestiva, uma vez que deveria ter sido apresentada na audiência de conciliação.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 230, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão à parte agravante.

Ao confirmar a nulidade da sentença a Corte local reconheceu a ocorrência de cerceamento de defesa, nos moldes que seguem (e-STJ, fls. 175 - 177):

Dito isso, em relação à citação da ora Apelante Principal, observa-se na cópia do respectivo mandado anexado à fl. 60 que a parte foi intimada para comparecer à audiência de conciliação prevista no então vigente Artigo 277, do CPC/1973, com a ressalva expressa de que, não sendo obtida a conciliação, deveria apresentar sua defesa,

oral ou escrita, acompanhada do rol de testemunhas, se fosse o caso. Ocorre que durante a realização da audiência acima alinhada, conforme se nota na assentada de fl. 66, foi apresentada pela Apelante Principal determinada proposta de acordo à Apelante Adesiva que, por seu turno, requereu o sobrestamento do processo por 15 (quinze) dias para a análise da citada proposta. Isto é, a audiência de conciliação não se ultimou pelo desejo de ambas as partes. Além disso, ainda na audiência, a Apelante Adesiva requereu que o processo retomasse seu curso se a proposta de acordo não fosse aceita.

(...)

Ou seja, na própria audiência de conciliação as partes revelaram intuito de transigir, requerendo a suspensão do processo para as respectivas tratativas, o que foi deferido pelo Douto Magistrado Monocrático à fl. 78.

Como a proposta de acordo restou infrutífera, os autos retornaram ao seu curso processual, culminando na prolação da sentença de procedência da pretensão autoral. Todavia, entende esta Relatora que o feito deveria ter sua marcha retomada de onde parou, ou seja, da audiência de conciliação prevista no Artigo 277, do CPC/1973, o que não ocorreu, impossibilitando, dessa forma, a apresentação de defesa pela ora Apelante Principal.

Destarte, força é concluir pela configuração de inequívoco cerceamento do direito de defesa da Apelante Principal, circunstância que conduz ao reconhecimento inequívoco da existência de nulidade dos presentes autos.

Consta do acórdão em embargos de declaração (e-STJ, fl. 191):

Ocorre que durante a realização da audiência em questão, foi apresentada pela Ré determinada proposta de acordo à Embargante que, por seu turno, requereu o sobrestamento do processo por 15 (quinze) dias para a análise da citada proposta. Ou seja, na própria audiência de conciliação as partes revelaram intuito de transigir, requerendo a suspensão do processo para as respectivas tratativas, o que foi deferido. Como a proposta de acordo restou infrutífera, os autos retornaram ao seu curso processual, culminando na prolação da sentença de procedência da pretensão autoral.

Todavia, o feito deveria ter sua marcha retomada de onde parou, ou seja, da audiência de conciliação, o que não ocorreu, impossibilitando, dessa forma, a apresentação de defesa pela ora

Embargada.

Conforme se verifica, a Corte de origem destacou o fato de que a própria parte agravante requereu a suspensão do feito para a análise da proposta de acordo apresentada, pedido que foi deferido pelo magistrado singular na ocasião.

Portanto, ainda que se cogitasse na peremptoriedade do prazo para apresentação de defesa, verifica-se que, se houve algum equívoco quanto ao elastecimento do prazo de contestação, este seria imputado exclusivamente ao magistrado, que como administrador da marcha processual, determinou o sobrestamento do feito. No ponto, a parte agravada não poderia ser prejudicada com o reconhecimento de sua revelia, por ter o próprio magistrado singular determinado o sobrestamento do feito. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE DETERMINA O SOBRESTAMENTO DO RECURSO NA ORIGEM. DISCUSSÃO, NESTA HIPÓTESE, QUE NÃO SE AMOLDA ÀQUELA TRAVADA NO RESP. 1.336.026/PE, REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO QUE DETERMINOU O SOBRESTAMENTO QUE SE IMPÕE. AGRAVO INTERNO DO SAE/DF A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. A questão travada nos autos não se amolda àquela constante do REsp. 1.336.026/PE, representativo da controvérsia, qual seja, a fluência do prazo prescricional de execução de sentença em caso de demora no fornecimento de documentação requerida ao ente público.

2. In casu, trata-se de erro judiciário, o qual não foi dado causa pela parte ora recorrente. O pefalado erro, cometido pelo Juízo, consubstancia-se em ter sido juntado aos autos da execução de fazer um ofício que deveria ter sido acostado ao processo principal, em que se discutia a liquidação da sentença, o que redundou em desordem processual.

3. Agravo Interno do SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO DISTRITO FEDERAL-SAE-DF a que se dá provimento para tornar sem efeito as decisões que determinaram o sobrestamento do Recurso Especial (fls. 841/844 e 939/941) e, em consequência, restabelecer a decisão de fls. 563/569.

4. Após, voltem-me conclusos os autos para o julgamento do Agravo Regimental interposto pelo Distrito Federal às fls. 572/582. (AgInt nos EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1301935 / DF, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, Julgamento 13/6/2017, DJe 20/6/2017).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PLANO DE SAÚDE. ASTREINTES. CONDENAÇÃO À INTERNAÇÃO E AO CUSTEIO DE DOSES DE MEDICAÇÃO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR PARA ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. NECESSIDADE. AUSÊNCIA DE RELUTÂNCIA DO EXECUTADO. EQUÍVOCOS ATRIBUÍVEIS AO JUDICIÁRIO. SUCESSIVOS PEDIDOS DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR NÃO APRECIADOS PELO JUIZ. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO CREDOR. IMPUGNAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PROCEDÊNCIA. AFASTAMENTO DA MULTA. AGRAVO PROVIDO.

1. Nem sempre o não cumprimento de decisão judicial decorre de recalcitrância da parte obrigada. Por vezes, deve-se à insuficiente advertência para adoção de providência, devido a modificações causadas pela dinâmica dos fatos da vida, as quais mereciam reapreciação pelo julgador.

2. As astreintes destinam-se ao devedor que se nega a cumprir decisão judicial, o que não ocorreu na hipótese em exame. É, assim, descabida a execução das multas diárias quando o réu não se mostrou relutante no cumprimento da obrigação, até mesmo por não ter sido intimado nas diversas vezes requeridas pela autora e por ter sido levado a crer que saíra vencedor da lide, após o julgamento da apelação provida e o retorno dos autos à origem, ainda que por equívoco do Poder Judiciário.

3. Nessas circunstâncias, a parte ré não pode responder pela demora e por sucessivos erros judiciais, aos quais não deu causa. Não podem as astreintes servir de enriquecimento sem causa para o credor.

4. Agravo regimental a que se dá provimento. (AgRg no AREsp 86.312/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 08/10/2013).

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, não poderia a parte agravada ser prejudicada por erro que seria imputável ao judiciário, sendo ainda relevante destacar que, além de proceder à devida correção da desordem processual verificada na hipótese, a Corte local adotou posicionamento que prestigia os princípios da instrumentalidade das formas, primazia do mérito e efetiva prestação jurisdicional, não merecendo reparo.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Descabida a majoração de honorários advocatícios, porque foi reconhecida a nulidade da sentença na origem e, por consequência, afastada a respectiva condenação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora